

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

## SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 3.976, DE 2021 (Apensado: PL nº 1.010, DE 2022)

Altera as Leis nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do Imposto de Renda parcela dos rendimentos percebidos por contribuinte que tenha como dependente pessoa com deficiência.

## O Congresso Nacional decreta:

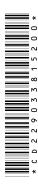
**Art. 1º** O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

"Art. 6°
XXIV – os rendimentos, no valor de até três salários-mínimos, na hipótese de o contribuinte ter como dependente pessoa com deficiência, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.
§ 1°
§ 2º Para fins do disposto no inciso XXIV, a avaliação da deficiência observará o disposto no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." (NR)
20 0 1 40 00 1 1 1 0 0 0 0 1 1 0 0 1 1 1 1

**Art. 2º** Os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 4°
VIII – a quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos do contribuinte que tenha como dependente pessoa com deficiência, até o valor de três salários-mínimos;
" (NR)
'Art 8°







## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

-
§1º-A A quantia correspondente à parcela isenta dos
rendimentos, representada pela soma dos valores mensais de
que trata o inciso VIII do art. 4º desta Lei, durante os meses do
ano-calendário em que o contribuinte tiver como dependente
pessoa com deficiência, não integrará a soma de que trata o
inciso I.
" (ND)
" (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2022.

Deputado PROFESSOR JOZIEL Presidente

